

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**FORMA DE ORGANIZAÇÃO DOS ASSENTADOS DA FAZENDA  
PIRITUBA II (SP) – A AGROINDUSTRIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO**

**NATALIA ALMEIDA BUCHWITZ**

**CURITIBA**

**2007**

**NATALIA ALMEIDA BUCHWITZ**

**FORMA DE ORGANIZAÇÃO DOS ASSENTADOS DA FAZENDA  
PIRITUBA II (SP) – A AGROINDUSTRIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação do Campo e Agricultura Familiar e Camponesa, Programa Nacional de Educação do Campo, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Dr<sup>a</sup> Julieta Teresa Aier de Oliveira

Co-orientador: Prof. Dr. Celso Costa Lopes

**Curitiba**

**2007**

## TERMO DE APROVAÇÃO

NATÁLIA ALMEIDA BUCHWITZ

FORMA DE ORGANIZAÇÃO DOS ASSENTADOS DA FAZENDA PIRITUBA II  
(SP) – A AGROINDUSTRIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do título de especialista do Curso de Especialização em Educação do Campo e Agricultura Familiar Camponesa, da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:



Prof. Dr. Celso Costa Lopes  
UNICAMP



Prof. Dr. Roberto Testezlaf  
UNICAMP



Prof. Dr. Eli Lino de Jesus  
UFPR Litoral

Curitiba, 29 de janeiro de 2007

## AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que contribuíram, direta e indiretamente, para a realização deste estudo. Em especial ao MST pela oportunidade de participar da Turma do Residência Agrária e assim me qualificar para entender criticamente a questão agrária brasileira e assim atuar como Técnica Militante.

Meu especial agradecimento a todos que colaboraram como sujeitos da pesquisa, os assentados e assentadas da Fazenda Pirituba II.

À Iracema Moura, pelo apoio e por acreditar na colaboração da Engenharia de Alimentos nas cooperativas do MST.

À Silvina, grande companheira e com quem aprendi muito sobre relacionamento humano.

À Cláudia pela amizade e compreensão.

Ao Rodrigo Brenelli pelo incentivo e por não me deixar desistir dos meus sonhos.

À Regininha, pela ética, clareza, companheirismo e compreensão constantes.

À orientadora Julieta Teresa Aier de Oliveira pelo acompanhamento, cuidado e revisão do estudo e ao Luiz Manoel M de Almeida pelas importantes contribuições.

## SUMÁRIO

FICHA CATALOGRÁFICA .....	i
AGRADECIMENTOS .....	ii
SUMÁRIO .....	iii
LISTA DE ILUSTRAÇÕES .....	iv
LISTA DE SIGLAS .....	v
RESUMO .....	vi
ABSTRACT .....	vii
1. INTRODUÇÃO .....	1
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....	2
2.1. Aspectos Conceituais e o Desenvolvimento Histórico dos Assentamentos Rurais e o MST .....	2
2.2. A Cooperação Agrícola nos Assentamentos da Reforma Agrária .....	4
3. CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO EMPÍRICO .....	6
3.1. Aspectos sócio-econômicos das cidades de Itapeva e Itaberá .....	6
3.2. O Desenvolvimento Histórico do Assentamento Fazenda Pirituba II .....	8
3.3. A produção agrícola no Assentamento: organização coletiva e padrão tecnológico ....	10
4. METODOLOGIA DE PESQUISA .....	13
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	15
5.1. O Processo Histórico da Agroindustrialização no Assentamento Pirituba II .....	15
5.2. A retomada da Agroindústria – Novo Contexto, Novos Agentes .....	17
5.3. Descrição da Agroindústria Atual e suas Necessidades .....	20
6. CONCLUSÕES .....	24
Benefícios e Entraves na Gestão e Comercialização Agroindustrial .....	24
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	25

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Tabela 1 – Dados de Produção total de milho e feijão nos municípios de Itapeva e Itaberá segundo dados do IEA (2006)

Figura 1 – Evolução da produção de feijão nos municípios de Itapeva e Itaberá (IEA, 2006).

Figura 2 – Evolução da produção de milho nos municípios de Itapeva e Itaberá (IEA, 2006).

Tabela 2 – Localização, número de famílias, data de início e área ocupada no Assentamento Pirituba II, 2005.

Tabela 3 – Associações, cooperativas e grupos informais por área no Assentamento Pirituba II e respectiva forma de organização da produção, 2000.

Tabela 4 - Distribuição da área de cultivo no Assentamento Pirituba II (%), 1998/99.

Figura 3 - Embalagem de feijão comercializado na década de 80.

Figura 4 - Vista externa do Barracão de Beneficiamento de Grãos.

Figura 5 – Produção de feijão do Assentamento Pirituba II, área I

Figura 6 - Equipamentos do Complexo de Beneficiamento: secador, pré-limpeza e silos.

## **LISTA DE SIGLAS**

ABRA – Associação Brasileira da Reforma Agrária

ARA – Assessoria de Revisão Agrária

CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

COAPRI - Cooperativa dos Assentados de Reforma Agrária e Pequenos Produtores da Região de Itapeva e Itaberá

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONSAD - Conselho Nacional de Segurança Alimentar

CPT – Comissão Pastoral de Terra

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONG – Organização não governamental

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

SAASP – Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

UPA – Unidade de Produção Agrícola

## RESUMO

O presente trabalho trata do processo de gestão e comercialização da agroindustrialização de grãos no Assentamento Fazenda Pirituba II (Itapeva - São Paulo). A agroindústria analisada utiliza produtos originados do próprio Assentamento e gera canais de comercialização em nível regional e institucional, constituindo redes locais em que os atores individuais e coletivos buscam um conjunto de recursos financeiros, políticos, sociais, organizacionais e tecnológicos. Buscou-se apontar as vantagens e entraves organizacionais da gestão e comercialização da agroindústria e caracterizar simplificada o sistema de produção de grãos, a partir da leitura de dois momentos do Assentamento Pirituba II em relação à principal atividade agroindustrial de beneficiamento de grãos: a trajetória de montagem e uso do barracão nos anos da década de 1980, início do projeto de assentamento e nos dias atuais (2006), quando esta atividade é retomada como marco de recuperação da renda dos assentados e como elemento impulsionador de práticas de cooperação no Assentamento trazendo à tona um forte elemento educativo.

**Palavras – Chave:** Agroindustrialização, Assentamentos Rurais, Cooperação, Comercialização.

## **ABSTRACT**

The present essay explores the management and commercialization process in the grain agroindustry at Settlement Pirituba II (Itapeva – São Paulo). The agroindustry surveyed uses the settlement own products and generate regional and institutional trade channels, building local networks where individuals and communities can search political, social, organization and technological resources.

The essay points out the organization advantages and drawbacks in the agroindustry managements and commercialization and describes briefly the grain industrialization during the 1980's decade when the settlement started and today (2006) when the activity returns as away to recover the settled small farmers income and as an educational practice aimed to stimulate cooperation activities in Pirituba II.

**Key Words:** Agroindustry, Settlement Rural, Cooperation, Commercialization.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata do processo de gestão e comercialização da agroindustrialização de grãos no Assentamento da Fazenda Pirituba II. A iniciativa da agroindustrialização é considerada uma alternativa para a reversão dos problemas sociais e econômicos desfavoráveis nos assentamentos rurais, pois impulsiona a geração, direta e indireta de novos postos de trabalho e renda aos assentados, além de incitar o poder de organização e luta desses trabalhadores.

A agroindústria analisada utiliza produtos originados do próprio assentamento e gera canais de comercialização em nível regional e institucional, constituindo redes locais em que os atores individuais ou coletivos buscam um conjunto de recursos financeiros, políticos, sociais, organizacionais e tecnológicos.

Estas iniciativas de agroindústrias familiares ganharam força no Estado de São Paulo nos últimos dez anos. Em 2006, foram contabilizadas 3.112 Unidades de Produção Agropecuária (UPAs)<sup>1</sup> que desenvolviam atividades industriais (SÃO PAULO, 2006a). As estimativas indicaram que o valor anual da produção rural paulista foi de R\$ 26.295.020,79, sendo que as atividades de leite pasteurizado e processamento de grãos e frutas contribuíram para esse resultado com percentuais de aproximadamente 31% e 27%, respectivamente.

O objetivo geral deste trabalho foi apontar as vantagens e entraves organizacionais da gestão e comercialização da agroindústria de grãos do Assentamento Fazenda Pirituba II. Quando se pensa em agroindústrias em áreas de assentamento é importante notar as nuances deste tipo de empreendimento sobre as relações de cooperação presentes no assentamento e o impacto desta atividade na organização da produção agrícola.

Tem como objetivos específicos:

- Apresentar, de maneira sucinta, o sistema de produção de grãos do Assentamento para a agroindustrialização;
- Discorrer sobre a trajetória histórica do Assentamento e suas formas de gestão e comercialização atuais; e,
- Caracterizar a agroindústria de grãos existente no Assentamento quanto a sua capacidade produtiva e apontar tendências.

---

<sup>1</sup> Unidades básicas de levantamento de dados primários sociais, econômicos e tecnológicos da agropecuária paulista, realizado pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAASP), desde 1995/96. (SÃO PAULO, 2006).

## 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 2.1. Aspectos Conceituais e o Desenvolvimento Histórico dos Assentamentos Rurais e o MST

Os assentamentos rurais foram definidos por Bergamasco e Norder (1996, p. 20) como:

*“(...) a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra.”*

No Brasil a implementação dos assentamentos não decorre de uma política de desenvolvimento voltada para o atendimento das demandas da população rural, mas de uma tentativa de atenuar a violência dos conflitos sociais no campo.

O regime militar brasileiro optou pela modernização conservadora na agricultura mantendo a estrutura fundiária concentrada e impedindo o acesso dos trabalhadores rurais à terra (MOLINA, 1998). O intenso êxodo rural das décadas de 1960 a 1980 confirma a produção de uma massa de 28 milhões de trabalhadores rurais empobrecidos rumo às cidades (BERGAMASCO, BLANC-PAMARD & CHONCHOL, 1997).

Os trabalhadores rurais, em reação a essa precarização de suas condições de vida, começam, na década de 1980, em diferentes pontos do país, a se organizarem para lutar pela terra e garantir a sobrevivência de suas famílias.

Desta mobilização popular e de diversas experiências de luta pela terra, que propõem questionar e discutir novos projetos de organização da sociedade, enfrentando o poder da classe dos grandes proprietários rurais, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, com o apoio da igreja católica representada pela CPT – Comissão Pastoral da Terra.

A partir de 1979, o MST ganha espaço na agenda política brasileira através das mobilizações populares, das ocupações de terras, enfrentando o recrudescimento da reação dos fazendeiros, resistindo e perdendo suas vidas na luta pela terra. A resposta da legislação brasileira, na Constituinte de 1988 e nos dispositivos legais subsequentes - nº. 8.629 de 25/02/1993 – a Lei Agrária a Lei Complementar nº. 76, de 06/07/1993, são destinadas, em última análise, a salvaguardar o direito de propriedade (MOURA, 2006).

No Estado de São Paulo os primeiros assentamentos rurais começaram a ser efetivamente implantados entre 1983 e 1986, durante o governo de Franco Montoro. O governo estadual promoveu os projetos de colonização em ações de regularização de terras

devolutas que lhe foram transferidas pela União, constituindo uma política fundiária estadual (SÃO PAULO, 2000).

Apesar da existência de uma política estadual, o processo de assentamento das famílias rurais não foi diferente do restante do país; foram as ocupações promovidas pelos trabalhadores rurais sem terra organizados pelo MST e outros movimentos sociais o principal fator de determinação das conquistas de terras para fins de reforma agrária (FERNANDES, 2000).

Em 2005, o Estado de São Paulo alcançou a soma de 186 projetos de assentamentos, sendo 126 deles inseridos em áreas públicas estaduais, delimitando um total de 220.411,82 hectares, onde estão assentadas 10.049 famílias de trabalhadores rurais (FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2006).

Os assentamentos possuem um valor estratégico, na medida em que fornecem elementos para uma avaliação da pertinência da proposta de reforma agrária. Mas, há de se destacar que não basta somente a conquista da terra para o sucesso dos projetos de reforma agrária. Assim, após a conquista da terra, inicia-se uma nova luta, pela obtenção de condições econômicas e sociais mais favoráveis ao estabelecimento destes trabalhadores rurais enquanto produtores agrícolas (BERGAMASCO & NORDER, 1996).

Para Moura (2006, p. 45):

*“Os assentados, individualmente ou em grupos, ao receberem um lote de terra, continuam sua trajetória de busca de meios para garantir a reprodução familiar, agora na terra. No entanto, partindo do zero, do ponto de vista das condições das quais se encontra o lote de terra, necessitam construir casas, realizar os primeiros investimentos produtivos e começar a produzir. Todas as condições de infraestrutura precisam ser providenciadas.”*

O MST traz em suas discussões mais recentes a necessidade de se compreender o assentamento em sua totalidade, por possuir uma estrutura social que combina dois aspectos essenciais da vida humana: é o local onde se desenvolve a produção econômica e se garante as condições básicas para a manutenção das famílias e ao mesmo tempo em que é o local onde se mora, se vive, se reproduz, onde se enterram os entes queridos, enfim, um território onde se desenvolvem diversas atividades culturais, estabelecendo diversas relações sociais, constituindo-se em comunidades diversas e solidárias entre si (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2006).

## 2.2. A Cooperação Agrícola nos Assentamentos da Reforma Agrária

Bergamasco e Costa (2003) afirmam que a cooperação na produção é um elemento central e a organização do trabalho, somado à união com o capital, são estratégicos para o processo sócio-organizacional do assentamento rural. Neste contexto, Stédile citado por PINASSI (1998) argumenta sobre a importância da cooperação na produção agrícola, afirmando que somente é possível avançar e melhorar a renda se houver estímulo à cooperação agrícola, sendo que o segredo da cooperação agrícola é que ela deve ser estimulada, jamais imposta. A cooperação nos assentamentos é estimulada quando todas as pessoas são motivadas a participar e pensar que projeto de assentamento elas querem para si, nos mais diversos aspectos: desde a localização das casas, a luta por escolas rurais, acesso a serviços públicos (saúde, transporte, energia elétrica), valorização de sua cultura e também no aspecto econômico (compras coletivas, aumento de escala para melhores negociações de venda).

Costa (2001), durante sua vivência em assentamentos rurais, constatou que os aspectos que levam ao desenvolvimento da cooperação, nos seus diferentes níveis, em assentamentos de reforma agrária são: a) o nível de formação política oriunda do processo de aprendizado durante a vida do assentado e, em especial durante a fase de ocupação, que contribuem para a sua compreensão de mundo; b) o grau de democracia/participação que existe na tomada de decisão, ou seja, o método de gestão; c) as aspirações e desejos dos indivíduos e dos grupos; d) a ação das ONGs (Organizações não Governamentais), movimentos sociais, movimentos sindicais, partidos políticos, igreja e governo.

Existem inúmeras combinações específicas entre o modelo mais individualizado familiar e aqueles totalmente coletivizados. O fato é que com as famílias reunidas e organizadas, o debate de saídas conjuntas para enfrentar problemas comuns tanto no campo econômico quanto social é facilitado. As possibilidades de ações conjuntas são muitas e devem ser introduzidas como elemento educativo do povo (ANCA, 2006).

Não só as formas mais complexas de cooperação (Cooperativas de Produção Agrícola ou de Prestação de Serviços) são estimuladas pelo MST, mas também as formas mistas de cooperação na produção, estas que viabilizem no mínimo o planejamento da produção e sua respectiva circulação:

*“Uma cooperação que seja superior a uma atividade pontual, classicamente desenvolvida pelos camponeses. Enfim, uma cooperação que embora seja executada pela força de trabalho*

*familiar, em áreas cooperadas, seja pelo menos planejada coletivamente e que disponha de insumos indivisíveis que proporcione este planejamento conjunto.” (MST, 2006).*

O termo cooperação é confundido com a doutrina cooperativista, algo bastante comum nos assentamentos, pois quando se fala em cooperação agrícola, já logo se entende cooperativa. No entanto, a cooperação tem um significado mais amplo, sendo a cooperativa, somente uma das formas de expressão desses agir ou trabalhar para um fim comum (COSTA, 2001).

Segundo Costa (2001), a cooperativa agrícola é uma forma de resistência para permanência na terra e para organização dos trabalhadores, pela qual o capital pertence a todos e o retorno do trabalho social é dividido entre todos, diferentemente das empresas capitalistas, nas quais o capitalista se apropria de parte deste trabalho social.

Para Veiga e Fonseca (1999), as cooperativas de produtores rurais são formadas para aperfeiçoar o processo de produção, bem como obter preços melhores para seus produtos, eliminado o atravessador e vendendo diretamente para o consumidor.

Segundo Bogo (1999), a diferença que há entre cooperativismo e cooperação é que enquanto o primeiro é um projeto empresarial, o segundo é um projeto estratégico, que procura interligar todos os aspectos da vida humana na busca de uma transformação estrutural e cultural.

### 3. CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO EMPÍRICO

#### 3.1. Aspectos sócio-econômicos das cidades de Itapeva e Itaberá

A Fazenda Pirituba tem uma área de 17.500 ha localizada nos municípios de Itapeva e Itaberá, na microrregião de Itapetininga, sudoeste do Estado de São Paulo. O clima na região é do tipo mesotérmico sem estiagem prolongada com temperaturas médias de 22°C no mês mais quente e índices pluviométricos de 1.200 a 1.400 mm anuais. A região está sujeita à ação de geadas entre os meses de maio a agosto.

A vocação natural e histórica do sudoeste paulista está na produção primária de alimentos com presença de culturas importantes como a do feijão, milho e tomate, juntamente com outras olerícolas e frutas (pêssego, ameixa, tangerina, laranja e uva), produtos da madeira e pecuária.

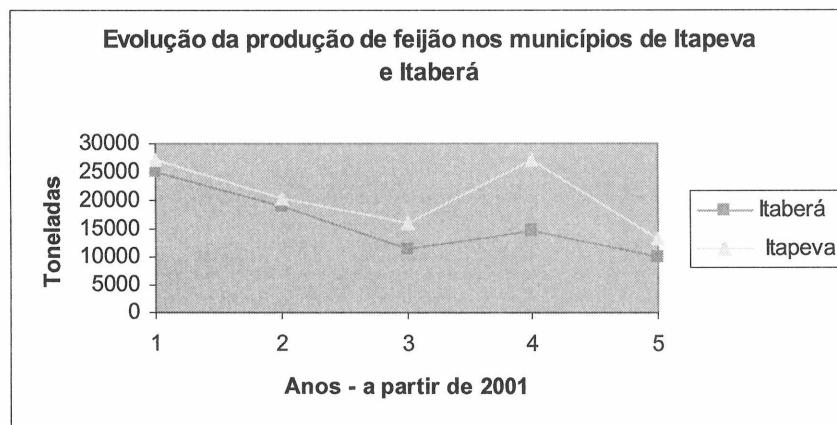
De acordo com o último Censo Populacional do IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2000), os municípios de Itapeva e Itaberá somavam em 2000 uma população de 105.750 habitantes, tendo uma distribuição de 71,9% da população na zona urbana e 28,1% na zona rural. A cidade de Itapeva se transformou num centro de produção industrial de minérios face às riquezas de seu subsolo (GONÇALVES & SOUZA, 1993) e uma das principais produtoras agrícolas e madeireiras do Estado.

Em Itaberá a economia gira em torno da agricultura e pecuária, predominando as culturas de milho e feijão. A Tabela 1 e Figuras 1 e 2 a seguir mostram a evolução dessas culturas nos municípios citados (SÃO PAULO, 2006).

Tabela 1 – Dados de produção total de milho e feijão nos municípios de Itapeva e Itaberá - 2006 (em toneladas).

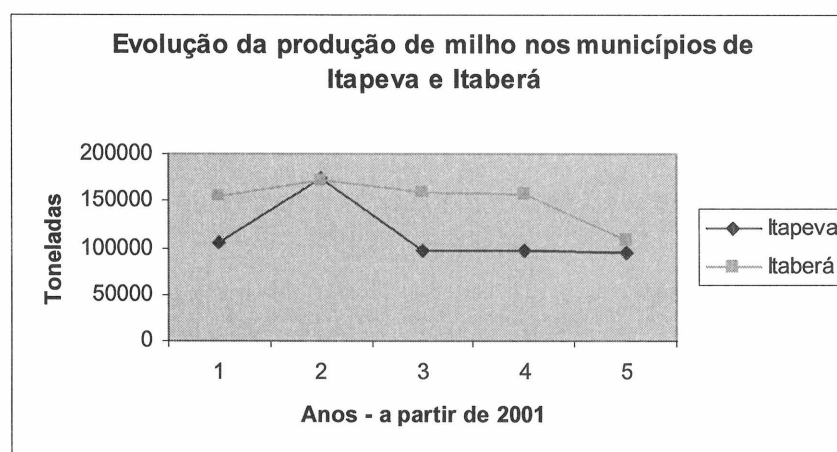
Ano	Itapeva		Itaberá	
	Feijão	Milho	Feijão	Milho
2001	25.110	154.200	27.000	106.200
2002	18.900	172.800	20.400	173.400
2003	11.520	158.400	16.080	96.000
2004	14.550	157.200	27.000	96.000
2005	10.080	108.000	13.200	95.400

Fonte: SÃO PAULO – IEA (2006b).



Fonte: SÃO PAULO - IEA (2006b).

Figura 1 – Evolução da produção de feijão nos municípios de Itapeva e Itaberá. 2001-2005. (em toneladas).



Fonte: SÃO PAULO - IEA (2006b).

Figura 2 – Evolução da produção de milho nos municípios de Itapeva e Itaberá. 2001-2005 (em toneladas).

Apesar do decréscimo destas culturas ao longo dos últimos cinco anos, uma de suas principais atividades econômicas é a cultura do feijão, tradicionalmente explorada por pequenos, médios e grandes agricultores da região, ainda que persista grande diferenciação de categorias de produtores e de sistemas produtivos no processo de mudança tecnológica (MELLO, 2002).

### **3.2. O Desenvolvimento Histórico do Assentamento Fazenda Pirituba II**

A Fazenda Pirituba pertencia à Companhia Agropecuária Angatuba, que em 1950, não tendo como saldar suas dívidas, foi recebida pelos bancos oficiais por execução de hipoteca (COSTA, 2001).

Em 1950 inicia-se o processo de assentamento de colonos em Pirituba. Na época, o então governador do estado de São Paulo, Ademar Pereira de Barros, tinha a intenção de implementar um programa de cultura de trigo na região. Sendo assim, tentou trazer famílias camponesas italianas com vivência nesta lavoura sob a intermediação do engenheiro agrônomo Lino Vicenzi. As famílias não vieram e o programa não se viabilizou como esperado. A alternativa foi o arrendamento de parcelas de terra a grandes arrendatários (SILVA, 2005).

Na década de 1960, o governador do estado de São Paulo na época, Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto, toma conhecimento das irregularidades no processo de colonização da Fazenda Pirituba e tenta reaver as terras para o Estado, pagando uma alta indenização ao agrônomo Lino Vicenzi. Entretanto, os ocupantes da área negaram-se a sair das terras (QUEVEDO, 1995). O juiz que lidava do caso na época concedeu a posse da terra para os arrendatários e o Estado teve que voltar atrás na tentativa de despejo. Neste período, em razão destes problemas, o governo estadual só consegue reaver uma parte das terras.

Em 1971 a Fazenda Pirituba foi transferida da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI<sup>2</sup> - para a Assessoria de Revisão Agrária (ARA) com a intenção de regularizar a situação fundiária das famílias que estavam ocupando os lotes arrendados por Vicenzi, por meio de um novo projeto de colonização. O principal objetivo deste projeto foi solucionar o problema de 160 famílias de parceiros remanescentes do processo de arrendamento instalado na fazenda, remanejando estas famílias e concedendo-lhes títulos de domínio com o respectivo loteamento (SILVA, 2005).

Em outubro de 1973 publicou-se no Diário Oficial do Estado a abertura de inscrição para obtenção de lotes na Fazenda Pirituba. Este Edital possibilitaria aos parceiros regularizarem sua situação. Dentre os candidatos inscritos 251 foram classificados. Porém, a falta de acesso ao Diário Oficial por parte da população de parceiros gerou processos de inscrição irregular, arbitrária e tendenciosa. O resultado das ações de implantação da colonização só contemplou 27 famílias de parceiros das cerca de 160 que então habitavam a

---

<sup>2</sup> Órgão estatal ligado à Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo responsável pelas ações de ATER aos agricultores paulistas.

fazenda. Este processo de loteamento foi denominado de Projeto Pirituba I (QUEVEDO, 1995).

No final da década de 1970 e início da seguinte ocorreram novas tentativas de regularização das terras, demitindo-se o engenheiro agrônomo Lino Vicenzi, e entrando em seu lugar o engenheiro agrônomo Benedito Campo Limpo. A prática deste engenheiro não foi diferente do antecessor, pois ele passou a favorecer com lotes às pessoas que lhe davam dinheiro em detrimento dos agricultores que haviam sido sorteados. A partir deste momento, alguns fazendeiros passaram a controlar boa parte das terras, inviabilizando mais esta tentativa de projeto de colonização para assentamento de pequenos produtores na fazenda (SILVA, 2005).

No início dos anos 80, um grupo de 40 famílias de arrendatários ocupou parte da área ociosa da fazenda sendo violentamente despejados após 4 meses. Era o início do Assentamento Pirituba II, uma das primeiras ocupações, antes da definitiva em 1984, quando 300 famílias de sem terra ocupam uma área da Fazenda Pirituba. O fato acaba por impulsionar o Estado a retomar 3.851 ha de terceiros, que passam a ficar sob responsabilidade da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado (COSTA, 2001).

Assim começa o processo de assentamento de trabalhadores rurais sem terra de fato. Dividiram-se as terras arrecadadas em área I (2.511 ha) e área II (1.341 ha), nas quais foram assentadas 180 famílias dentro dos critérios estabelecidos em assembléia geral dos trabalhadores rurais acampados: ser trabalhador sem terra, preferencialmente casado e não ter outra fonte de renda (COSTA, 2001).

Segundo a autora, a presença do governo estadual como fomentador do projeto do assentamento torna a Pirituba uma vitrine da reforma agrária, sendo citada em vários artigos da Revista da ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária) de 1985 e também propagandeada pelos órgãos oficiais e de imprensa como o grande exemplo de que a reforma agrária dá certo.

Desde 2003, o Assentamento Pirituba II é composto por seis áreas, as quais estão sob responsabilidade da Fundação do Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” (Fundação Itesp), alocado na Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo (BERGAMASCO & COSTA, 2003).

### 3.3. A produção agrícola no Assentamento: organização coletiva e padrão tecnológico

A Tabela 2 mostra o número de famílias e como estas estão distribuídas atualmente nas seis áreas do Assentamento Pirituba II.

Tabela 2 – Localização, número de famílias, data de início e área ocupada no Assentamento Pirituba II, 2005.

Área	Município	Nº de famílias	Início	Área Total (ha)
1	Itapeva	105	1984	2.511,00
2	Itaberá	55	1984	1.341,20
3	Itaberá	73	1986	2.142,33
4	Itapeva	51	1991	1.096,83
5	Itaberá	39	1992	807,71
6	Itapeva	52	1996	108,57

Fonte: Fundação Itesp (2006).

Desde a implantação do Assentamento, na década de 1980, foi praticado o trabalho coletivo em sistema associativista, reforçando a visão de que a produção em escala para os assentados teria viabilidade econômica (BERGAMASCO & COSTA, 2003).

As formas de organização das famílias para a produção agrícola são apresentadas a seguir:

Tabela 3 – Associações, cooperativas e grupos informais por área no Assentamento Pirituba II e respectiva forma de organização da produção, 2000.

Nome	Tipo de Organização da Produção	Área
COPROCOL	Parcialmente coletiva e individual	1
13 de maio	Parcialmente coletiva	1
Grupo informal	Coletiva	1
COPADEC	Coletiva	4
Grupo do Alemão	Coletiva	4
Associação 1º de Outubro	Individual	4
COPANOSSA	Coletiva	5
COPAVAL	Coletiva	3
COPAESE	Coletiva	3
Grupo do 8	Coletiva	3
Cooperativa “Chico Mendes”	Coletiva	6

Fonte: Bergamasco & Costa (2003).

Em cada uma das áreas do Assentamento estão organizadas as agrovilas, que contemplam as áreas para moradia e as áreas de uso comum, nas quais estão construídos: posto de saúde, armazéns, escolas, oficinas mecânicas e campo de futebol. Nas agrovilas se encontram as criações de pequenos animais, os pomares e hortas para consumo interno das famílias assentadas. O abastecimento de água se dá por poço individual ou recursos hídricos próximos aos lotes.

A produção comercial dos assentamentos é de feijão e de milho. Todas as áreas possuem pecuária de leite, pecuária de corte e plantio de arroz para consumo. O mel é outra atividade presente na região (BERGAMASCO & COSTA, 2003).

Os dados da Caderneta de Campo da Fundação Itesp mostram a distribuição do cultivo das culturas anuais e permanentes no Assentamento:

Tabela 4 - Distribuição da área de cultivo no Assentamento Pirituba II (%), 1998/99.

Especificações		Área (ha)					
		1	2	3	4	5	6
Culturas	Anuais	88,28	91,30	85,00	95,61	93,79	98,15
	Permanentes	0,00	0,00	0,00	0,02	0,24	0,00

Fonte: Caderneta de campo 1998/99 - Fundação Itesp.

O padrão tecnológico adotado no Assentamento seguiu a tendência brasileira de incorporação da Revolução Verde na agricultura. Este padrão significou uma intervenção controlada no processo de produção agrícola na infra-estrutura da produção (em relação ao uso de sementes, adubos e equipamentos) e na articulação dos agricultores através da assistência técnica e orientação do crédito rural (BIONATUR, 2006). A forma associativa dos assentados abriu a possibilidade das famílias terem recursos financeiros suficientes para a compra das máquinas, implementos e insumos.

No início da década de 1980, com a implantação do Programa Pró-Feijão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAASP), houve estímulo à modernização do cultivo e também à adoção de novos manejos como o plantio direto, uso mais intenso de herbicidas e para a aquisição de tratores mais potentes para tracionar implementos mais pesados e a introdução das sementes híbridas.

Essas inovações mudaram a cultura agrícola dos assentados:

*“A gente sabia era arar, capiná e nada disso de calagem, adubo do solo. Fizeram uma análise e os técnico iam dizendo o que tinha que fazer”* (Assentado AF, área I, 49 anos).

Este modelo de produção foi se aprofundando e ainda hoje é usado tanto nas áreas coletivas quanto individuais. Segundo depoimento do técnico de campo do Assentamento, os assentados fazem a sucessão de culturas, entre o milho e o feijão. Em geral adota-se tanto o plantio direto quanto o convencional com o uso de dissecantes, fungicidas e herbicidas.

A quantidade de insumos e tecnologias utilizados hoje depende em sua maioria da quantidade de recursos financeiros que os agricultores dispõem para tal. Segundo relatos dos entrevistados e em outras conversas informais no Assentamento, as empresas fornecedoras de insumos possuem estreitos laços comerciais com os atravessadores e têm negociado o pagamento dos insumos em sacas de milho. Outras empresas estão oferecendo contratos de arrendamento das terras dos assentados pelos quais pagam o trabalho dispensado desde o plantio até a colheita.

#### 4. METODOLOGIA DE PESQUISA

Para construir este trabalho, utilizou-se de pesquisa documental, recorrendo-se aos relatórios de reuniões da Coapri (Cooperativa dos Assentados de Reforma Agrária e Pequenos Produtores da Região de Itapeva e Itaberá) para o levantamento de dados sobre as decisões acerca da gestão da agroindústria beneficiadora de grãos.

Outra técnica utilizada foi a observação participante (LAKATOS & MARCONI, 1997) justificada pelo fato da pesquisadora estar inserida na equipe de técnicos que atuam junto à Coapri na discussão sobre as necessidades em relação à reforma e infra-estrutura do barracão de grãos e à forma de operação do maquinário, esta observação se deu por 10 meses, entre fevereiro e novembro de 2006.

Adotou-se as entrevistas para o levantamento da história da agroindústria por entender que esta técnica parte de uma interação entre pessoas; a primeira pessoa é o emissor e a segunda é receptor e o processo de comunicação é produzido em ambos sentidos (RICHARDSON, 1999). A partir da entrevista guiada, exploraram-se os aspectos da realidade do assentamento e da cooperação segundo o olhar dos entrevistados buscando obter os relatos, mas assegurar a espontaneidade dos envolvidos, entrevistado e entrevistador.

Foram realizadas seis entrevistas guiadas nos meses de setembro a novembro de 2006, com assentados, gerente de mercado e diretor da Coapri, seguindo o roteiro de temas previamente elaborado:

1. Como é organizada a produção agrícola de grãos no Assentamento?
2. Como se tomam as decisões nas áreas coletivas?
3. Como é a inserção da Coapri no Assentamento?
4. O que pensa sobre o barracão de grãos?
5. Como é a organização para o uso do barracão?
6. Como vê/ o que pensa sobre o papel da Coapri na comercialização dos grãos?
7. Quais são as dificuldades atuais que o barracão enfrenta e quais são as facilidades atuais?

Outra técnica utilizada foi o uso do relato oral, sendo que este é a maior forma humana de conservação e difusão do saber, pela a transmissão veicula tanto a experiência do narrador quanto noções de outras experiências não vividas diretamente. O relato oral é uma técnica que registra o que não foi documentado ou conservado, o indizível (QUEIROZ, 1988).

Segundo Queiroz (1988) a condição para que os relatos orais possam ser utilizados na pesquisa é a de que comportamentos e valores são encontrados nas memórias das pessoas e assim se pode conhecer parte do passado; apesar da história ser de um indivíduo ela revela as perspectivas da sociedade onde este indivíduo se encontra e seus valores.

Obteve-se um relato oral, com um assentado residente na área I, de 60 anos de idade, que acompanhou o Assentamento desde sua formação. O tema central deste relato foi: “Como foi para o senhor a construção e dia-a-dia do barracão da área I?”. A partir desta pergunta, o entrevistado relatou sua história, como se relacionou com a atividade agroindustrial do Assentamento e mostrou as diferenças entre a estrutura física e organizacional do barracão na década de 1980 e após as reformas.

No momento da transcrição das entrevistas, as sugestões apresentadas por Whitaker et. al. (2002) foram consideradas. Para estes autores, se o falante comete erros de concordância ou regência de verbos, deve-se reproduzi-los em qualquer transcrição. Deve-se ter a precaução de não tornar a escrita caricatural sem, no entanto descaracterizar o discurso dos assentados. Assim, procurou-se evitar a transcrição dos vícios de linguagem que estão no discurso oral quando este é apenas um som entre uma palavra e outra, e poderia comprometer o entendimento da frase.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 5.1. O Processo Histórico da Agroindustrialização no Assentamento Pirituba II

No ano de 1986 o governo estadual de Franco Montoro, principal apoiador na implantação do Assentamento construiu o barracão de grãos da área I e cedeu caminhões para o transporte de grãos:

*“O barracão veio do governo do Estado, e os trator também”*  
(Assentado AF, área I, 49 anos).

A função do barracão era a de servir de apoio na comercialização de insumos para a produção agrícola e beneficiar os grãos de milho e feijão (pré-limpeza e secagem) agregando valor à produção agrícola.

Houve o incentivo governamental para a comercialização da produção, os assentados realizavam a venda direta de feijão em pontos da cidade de São Paulo. O apoio institucional garantia não só os locais para a venda como a divulgação em massa da produção dos assentados:

*“Todo o feijão ia para o secador e saía os caminhão cheio pra São Paulo, pra os metrô, estação. (...) e saía anúncio no jornal. Uma vez nós chegamo no Centro e tinha um fila, uma filona. Em duas horas acabô tudo e nós vortemo de caçamba vazia”.* (Assentado AF, área I, 49 anos).

Os assentados, nesta época eram organizados na “Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Pirituba”. Esta entidade jurídica realizava a compra de insumos coletivos, a gestão da agroindústria, a interlocução com o governo estadual e representava a unidade dos assentados em termos de projeto de desenvolvimento local.

As atividades da Associação ligadas à produção agrícola e agroindustrial foram o ponto alto da cooperação entre os assentados. Mulheres e homens se revezavam nas atividades do barracão, as tarefas da produção como a preparação do solo, o plantio, a colheita e ainda as operações de pós-colheita eram divididas coletivamente:

*“Era bom demais, eu e mais as mulhé saía cedo de casa e ficava lá no barracão montando os saquinho. Passava na máquina de selá. E tinha mais uns lá, os hôme que carregava os saco e dava pra nós ensacá”.* (Assentada MA, área I, 67 anos)

A agroindústria de beneficiamento operou em pleno funcionamento nos anos de 1985 a 1987; segundo os depoimentos colhidos chegou a beneficiar 96 mil sacas de feijão (5.760 t) neste período.

A gestão da produção agrícola e agroindustrial era dividida entre os assentados e os técnicos que acompanhavam o Assentamento. Segundo Costa (2001), a forma coletiva de organização da produção também se deu devido ao capital disponível para investimento, a Associação deliberava em Assembléias, mas os elementos para tomada de decisão pertenciam aos técnicos.

No segundo ano de produção coletiva os custos foram maiores e não houve distribuição de sobras, o que gerou descontentamentos. No terceiro ano as dívidas dos investimentos começaram a vencer e isso desestabilizou ainda mais a Associação. Este desgaste fez com que muitos desistissem de trabalhar no coletivo da Associação:

*“E uns começaram a melhorar um pouquinho de vida e não confiava mais na Associação, e quiseram fazer do seu jeito, no individual, mas muitos continuaram no coletivo, não na Associação. Foram saindo e aí não deu pra segurar os custos. Teve gente que quis vender trator pra saldar dívida... Nós continua no nosso coletivo, menor e divide entre todos os ganhos.”* (Assentado AF, área I, 49 anos).

Segundo Silva (2005), as razões para o fim da associação foram várias: assentados que acreditavam que trabalhando individualmente poderiam ficar ricos, alguns que discordavam da política da associação, outros que tinham desconfiança dos diretores.

Outro fator relevante, relatado por Zeke Beze Junior (ex extensionista do Assentamento), no correio eletrônico enviado em outubro de 2006 foi: *“uma tentativa de venda para um atacadista na Ceagesp, com a assessoria do Itesp, que terminou resultando em grande prejuízo para os assentados (o comprador não pagou pelo produto recebido)”*.

Desta forma as atividades do barracão foram deixadas de lado e o canal de comercialização da produção agrícola passou a ser dominado pelos atravessadores.

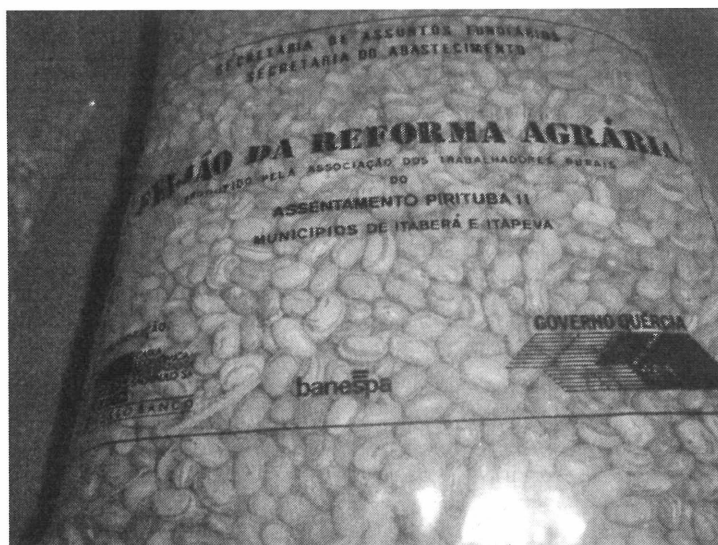


Figura 3: Embalagem de feijão comercializado na década de 1980. Assentamento Fazenda Pirituba I.

## 5.2. A retomada da Agroindústria – Novo Contexto, Novos Agentes

Entre os meses de setembro a dezembro de 2004 o Assentamento passou por um processo de reestruturação interna com o apoio do Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - e parceiros nesta discussão. Foi elaborado o “Plano para o Aumento de Renda dos Assentados do Projeto de Assentamento Pirituba II”. Este Plano baseou-se na metodologia do diagnóstico participativo e criou-se o espaço comumente chamado de Fórum dos Assentados, onde todos os assentados tinham voz a partir de seus representantes das áreas do assentamento. O Plano discutiu as demandas para melhoria das condições de vida e os possíveis caminhos. Apontou para a necessidade dos assentados reativarem o complexo de beneficiamento de grãos e a Coapri – Cooperativa dos Assentados de Reforma Agrária e Pequenos Produtores da Região de Itapeva e Itaberá - como a entidade jurídica de maior representatividade na interlocução com os parceiros institucionais (governo federal, órgãos de pesquisa, universidades e ONGs):

*“Este projeto ele nasceu no Fórum, isso que foi mais interessante, no Fórum dos Assentados, quando começou a discutir os problemas, o diagnóstico (...) e aí a gente começou a discutir as saídas. A saída apontou primeiro a Coapri como a principal saída e começamos a trabalhar com a perspectiva da Cooperativa Regional. (...) Nasceu a reforma do barracão com o objetivo da Coapri, com todas as estruturas que ela têm, ser uma ferramenta para melhorar a renda dos assentados” (Assentado HR, 41 anos, diretor da Coapri)*

Desta forma a Coapri, que já havia encaminhado em 2004 o projeto de reforma dos equipamentos, reforma do prédio e aquisição da balança rodoviária para o Consad (Conselho Nacional de Segurança Alimentar) pôde, com sua nova Diretoria Colegiada eleita em julho de 2005, retomar as negociações e o acompanhamento das obras com novo ânimo. Esta Diretoria teve também a legitimidade para buscar parcerias, canais de comercialização e para propor as formas de gestão desta agroindústria.

*“O barracão é a principal ferramenta da cooperativa hoje para beneficiar o assentado, a função do barracão hoje é beneficiar a produção dos assentados, armazenar e auxiliar na comercialização, isto é a tarefa do barracão. E a gente acha que vai ter um salto muito grande em relação a organização da produção.”* ( Assentado, HR, 41 anos, diretor da Coapri).



Figura 4 - Vista externa do Barracão de Beneficiamento de Grãos. Assentamento Fazenda Pirituba I. 2006.

Conforme a ata de reunião do Fórum dos Assentados realizada em 26 de agosto de 2005, a Coapri traz para a discussão a possibilidade de negociar a venda da produção de grãos para os mercados institucionais, em especial as prefeituras, com foco na colocação do produto para o “Programa de Alimentação Escolar”. Pode-se notar a atenção da Cooperativa para a qualidade da produção agrícola: *“Espaço no mercado tem, mas o mercado é exigente”*, (Diretor VA, 25 anos).

O Fórum dos Assentados também levantou, no período de agosto de 2005 a fevereiro de 2006, outras duas propostas significativas para a agroindústria de grãos: a necessidade de se equipar mais o barracão com serviços de medição de umidade, a instalação de silos para a armazenagem de grãos secos (não contemplados nos recursos já pleiteados) e a realização de seminários para explicar como a agroindústria vai dar retorno aos assentados.

As dificuldades com os parceiros institucionais aumentaram ao longo dos meses, principalmente com as prefeituras de Itaberá e Itapeva, que foram as executoras dos recursos para as obras do barracão. Desde obras incompletas realizadas por empresas licitadas até o atraso no envio de materiais de construção fizeram com que o barracão estivesse em condições de uso somente em maio de 2006.

Apesar de operar no final da safra de 2006, o barracão, funcionando no período de 26 de maio a 30 de julho (66 dias) chegou a beneficiar entre 8.500 a 8.600 sacas de milho (510 a 516 t) e 1.370 sacas de feijão (82,2 t). Isto representou, segundo relato do diretor da Coapri, apenas 10% da safra do Assentamento, que vai de janeiro a julho. A expectativa da direção da cooperativa é que seja beneficiada cerca de 100 mil sacas de milho (6.000 t) na safra seguinte (2006/2007).



Figura 5 – Produção de feijão do Assentamento Fazenda Pirituba II, área I. 2006.

### 5.3. Descrição da Agroindústria Atual e suas Necessidades

O complexo de beneficiamento é composto por uma balança rodoviária (capacidade de 80 t), um secador a lenha com capacidade de 250 sacas/hora ou 15 t/hora; uma máquina de pré-limpeza de grãos (capacidade de 18 t/hora), 2 silos de 15 t/hora que acompanham o secador, moega térrea e elevadores alimentadores e uma empacotadeira semi-automática (capacidade 10 pacotes de 1kg/min). Estes equipamentos estão no barracão com área útil de 1.750 m<sup>2</sup>. A área para armazenagem de sacas é aproximadamente 1.300 m<sup>2</sup>.

Segundo informações do gerente de mercado e de outros assentados ainda são necessários: o medidor de umidade de grãos, um silo de armazenagem (capacidade mínima de 900 t) e um caminhão para frete.

*“Para um silo instalado tá hoje uns 96 mil reais e isso resolveria parte do problema, caberia 14.980 sacas e hoje como não tem o silos não tem com aproveitar o mercado, e o fato de ter que ensacar aumenta o custo dos diaristas”* (Gerente de Mercado, SE).

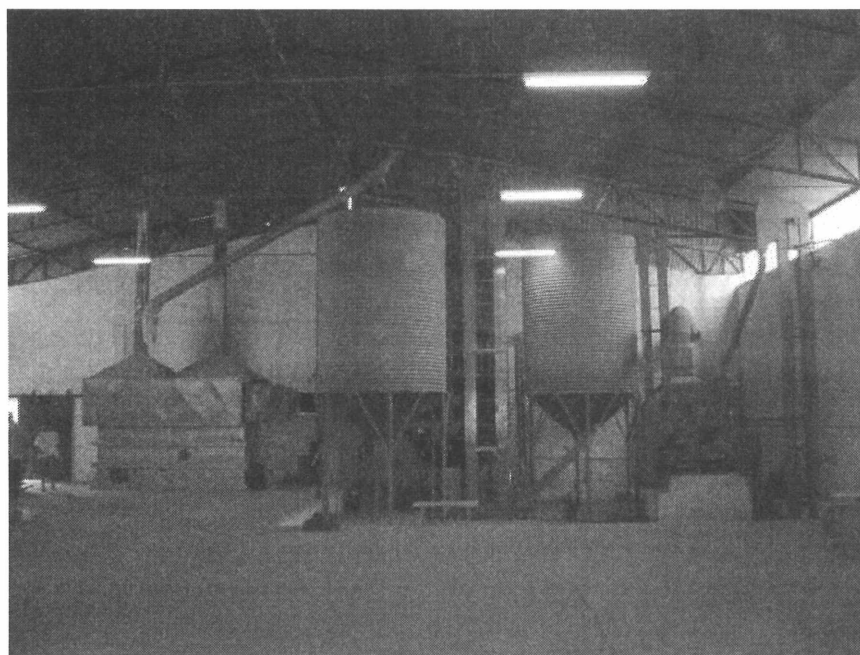


Figura 6: Equipamentos do complexo de beneficiamento: secador, pré-limpeza e silos. Assentamento Fazenda Pirituba I. 2006.

De posse da cessão de uso do barracão que era anteriormente da Associação de Produtores da área I, a Coapri definiu como estratégia de mercado para atrair seus cooperados

a propaganda “*boca a boca*” e a garantia dos custos de secagem 50% menores que a concorrência mais próxima (empresa privada que se encontra a 10 km do barracão) aumentando ou diminuindo R\$ 0,05 (cinco centavos) para cada 1% de aumento ou decréscimo na umidade (referência de 20% de umidade). Os custos de transporte ficam por conta do cooperado e do comprador.

A Coapri vem discutindo com seus diretores uma proposta de gestão da agroindústria. Num primeiro momento foi definido, no âmbito do Fórum dos Assentados, que os representantes da área I deveriam eleger uma equipe de coordenação do barracão (Comissão), respeitando a história daqueles que participaram deste empreendimento no passado. Esta Comissão foi constituída e não atuou durante o período de funcionamento do barracão em 2006, a coordenação das atividades ficou sob responsabilidade da Coapri.

Foram contratados os filhos de assentados da área I para operarem a pré-limpeza e secagem de grãos e alguns diaristas, também filhos de assentados para as atividades de ensacamento.

Para a diretoria da Coapri, algumas dificuldades precisam ser superadas para garantir as condições mínimas de gestão do negócio:

*“A principal dificuldade que a Coapri enfrenta hoje é financeira. Se a Coapri tivesse um capital de giro para movimentar a produção aí a gente poderia organizar a produção com os assentados e a segunda maior dificuldade que segue ali junto quase uma com a outra é o sistema de agricultura implantado hoje na região, que é o sistema capitalista. Porque eles têm todas as ferramentas que precisa para trabalhar, tem dinheiro, tem tudo, entendeu? (Assentado HR, 41 anos, Diretor da Coapri)*

E faz uma crítica quanto a padrão tecnológico vigente nas áreas de assentamento e a dependência dos assentados em relação às indústrias fornecedoras de insumos:

*“E tem o fato de que no projeto deles o camponês trabalha muito pouco, isso se chama comodismo. Mas eles dão toda a comodidade pro cara, pra ele morrer mais cedo também (...) Aí as empresas multinacional vende a prazo, pra você colher é fácil, pra pagar...te dá herbicida pra não precisar arar a terra, nem pra carpir, te dá fungicida, te dá adubo químico, te dá uma lavoura bonita. Mas o cara vê né, o olho é a perdição da pessoa, porque vê a lavoura bonita - olha meu feijão como tá bom, como tá bom – e quando ele colhe e vai tudo pra loja ele não vê isso, ele não enxerga. Ele colheu 100 sacas de feijão, mas ele só trabalhou quem levou o lucro todo foi pra loja. Mas no outro ano a loja dá tudo de novo pra ele fazer o mesmo pra dar lucro pra loja (...) O que ele recebe de*

*lucro é basicamente...o que posso dizer...é nada, se for contar não paga os dias de trabalho dele. Mas ele fica contente porque lá nos livros do agronegócio ele tá lá produzindo bastante, entendeu, aí o pessoal da loja vem e diz – oh, tá vendendo, botamos no jornal, seu nome tá aqui também como um grande produtor” (Assentado HR, 41 anos, Diretor da Coapri).*

Diante do desafio de mudar a realidade do assentamento a estratégia dos assentados da Fazenda Pirituba II está sendo fortalecer as relações de cooperação para a produção agrícola e aliar-se aos parceiros institucionais (governo federal, municipal, ONGs) que compartilham dos anseios e das soluções para o enfrentamento da atual situação.

Um destes parceiros que tem contribuído para viabilizar os assentamentos e a agricultura familiar é a Conab – Companhia Nacional de Abastecimento. A Conab demonstrou interesse junto à Coapri de credenciar o barracão da área I como um Entrepósito de recebimento de grãos, o que favorece a comercialização institucional da produção dos assentados. Outra modalidade interessante é o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, do MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e operacionalizado pela Conab:

*“A criação do PAA por instrumento legal (Lei nº 10696, de 2 de julho de 2003) representou um marco na política agrícola brasileira. Sua implementação revela, de forma inédita, a presença do Estado na comercialização da pequena produção familiar. Ao assegurar aos pequenos agricultores a aquisição de seus produtos, o governo lhes transmite segurança e, como os preços são remuneradores, eles se sentem incentivados a produzir mais e melhor. (CONAB, 2006).*

Cerca de 40 assentados participaram deste Programa na safra de 2005/2006 e este recurso foi gerenciado pela Coapri, que atrelou a inauguração das atividades de secagem e armazenagem à entrega da produção para o pagamento da Conab.

Ainda destacando o papel da cooperativa para os assentados percebe-se que esta tem um papel fundamental na formação mais ampla, e isso se concretiza em ações como o funcionamento do barracão de grãos:

*“O objetivo principal da Coapri hoje é agregar valor na produção dos assentados. Quando eu digo agregar valor é isso, é trabalhar na formação política e ideológica dos assentados em relação ao sistema que está implantado no campo. E provar o contrário, que é possível sobreviver do campo de uma forma muito mais saudável. E na área da comercialização a gente espera que chegue numa situação que toda a produção que entra no barracão tenha um destino pra ela, com um lucro maior para os assentados. Este é um dos meus sonhos, são tarefas que não depende só de uma pessoa, depende de muitas pessoas junto”.* (Assentado HR, 41 anos, diretor da Coapri).

A atividade agroindustrial contribui na organização do assentamento e no processo educativo dos assentados, reforçando os laços de cooperação e solidariedade e possibilitando o exercício da democracia na gestão agroindustrial.

Muito mais do que oferecer melhores condições de comercialização da produção agrícola, a agroindústria impulsiona as práticas de cooperação no assentamento trazendo á tona um forte elemento educativo. Como diz Frantz (2004): gera-se conhecimento, produz-se aprendizagem, a respeito da vida na realidade social, certamente, com profundo reflexo no processo de educação mais amplo da sociedade, deitando as raízes de muitos de seus valores e comportamentos sociais atuais.

## **6. CONCLUSÕES**

### **Benefícios e Entraves na Gestão e Comercialização Agroindustrial**

Neste trabalho buscou-se fazer uma leitura de dois momentos do Assentamento Fazenda Pirituba II em relação a principal atividade agroindustrial de beneficiamento de grãos: a trajetória de implantação e uso do barracão nos anos da década de 1980, início do projeto de assentamento e os dias atuais (2006), quando esta atividade é retomada como marco de recuperação da renda dos assentados. Os agentes envolvidos no processo continuam os mesmos: movimento social, o governo (âmbito municipal, estadual e federal) e as ONGs, mas o pilar de real transformação da realidade é a força da organização dos assentados apoiados pelo MST.

O papel das políticas públicas também foi importante na implementação e consolidação deste Assentamento, visto as oportunidades de comercialização e investimentos de infra-estrutura que ocorreram na Pirituba II.

A atividade agroindustrial quando bem equipada pode trazer benefícios econômicos imediatos às organizações cooperativas, porém o recurso de maior importância para um negócio sustentável, ou seja, que se perpetue no tempo, é o recurso humano. São as pessoas, no caso, as lideranças do assentamento e os núcleos de famílias organizados que dão a sustentação aos projetos, aos sonhos e a superação dos desafios. Não se esquecendo da importância do planejamento das atividades agrícolas, envolvendo o plantio, o manejo da lavoura até a colheita e as estratégias de comercialização a serem adotadas.

Desta maneira, o que precisa ser sempre valorizado e continuamente resgatado no Assentamento Pirituba II são os laços de solidariedade exercidos nas atividades baseadas na cooperação, aprendendo com as experiências do passado e ampliando a cada dia a participação democrática e a transparência na gestão do negócio.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANCA. **Caderno “O que levar em conta para a organização do assentamento”**. São Paulo: Ed. Perez, 2002.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. 1ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

\_\_\_\_\_ ; BLANC – PAMARD, C.; CHONCHOL, M. E.. **Por um atlas dos assentamentos brasileiros: espaços de pesquisa**. Rio de Janeiro: DL/ Brasil, 1997.

\_\_\_\_\_ ; COSTA C. M. O. **Processos de Organização em Assentamentos Rurais no Brasil: A Fazenda Pirituba/SP**. In: BERGAMASCO, S. M. P. P.; AUBREÉ, M. ; FERRANTE, V. L. S. B. **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. 1ª Ed. Campinas: FEAGRI/UNICAMP, UNIARA, INCRA, 2003.

BIONATUR. **Caderno: Sementes Patrimônio dos povos a serviço da humanidade**. Mimeo, 2006.

BOGO, A. **Novo ascenso na organização da cooperação**. 1ª Ed. São Paulo: Mimeo, 1999.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (Conab). Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>, acessado em 01/11/2006.

COSTA, C. M. O. **Processo organizativo em assentamentos rurais: um olhar sobre a Fazenda Pirituba**. 143p. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil**. São Paulo: Editora Vozes, 2000.

FRANTZ, W. **Sentidos e Significados em Práticas Cooperativas**. In: ENCUENTRO INVESTIGADORES LATINOAMERICANOS DE COOPERAÇÃO, 3. Rio Grande do Sul, Unisinos, 2004.

FUNDAÇÃO DO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO “JOSÉ GOMES DA SILVA” (Fundação Itesp). **Caderneta de Campo**, 1999.

\_\_\_\_\_. **Construindo o futuro: política de investimentos em assentamentos rurais, seus custos e resultados**. 2ª edição. São Paulo: Gráfica, 2000.

\_\_\_\_\_. Disponível em: < <http://www.itesp.sp.gov.br>>, acessado em 01/11/2006.

GONÇALVES, J.S.; SOUZA, S. A. **Contribuição à análise regional: transformações da agricultura do sudoeste do Estado de São Paulo**. **Revista Agricultura em São Paulo**, IEA, vol.40, tomo 1, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário (1995/96)**. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acessado em: 01/11/2006.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico (2000)**. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acessado em: 01/12/2006.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

MARTINE, G. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, IPEA, Junho de 1990 pag 3 a 41.

MOLINA, M. C. **A Reforma Agrária e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. 149p. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

MOURA, I. F. **Assentamentos Rurais: agregação de valor e comercialização – o caso de Assentamento Santa Maria (Paranacity/PR)**. 141 p. Dissertação (Mestrado) Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. **Os assentamentos no centro de nossas ações**. Texto para estudos de aprofundamento, Brasília, 2006.

MULLER, G. A economia política do CAI. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 24. Lavras. MG, 1986. Anais: uma nova política agrícola? Brasília, Sober, 1986.

MELLO, N. **A produção de feijão no sudoeste paulista no contexto do desenvolvimento regional**. REVISTA INFORMAÇÕES ECONÔMICAS, SP, v.32, n.7, jul. 2002.

PINASSI, M. O. **Entrevista concedida por João Pedro Stédile, Presidente do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. Botucatu: Mimeo, 1998.

QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do indizível ao dizível. In: **Experimentos com histórias de vida** (Itália-Brasil). Org. VON SIMSON, Olga de Moraes. São Paulo: Vértice, 1988.

QUEVEDO, J. M. G. **Organização de pequenos produtores e assentados em Itaberá-SP: Análise de um processo de intervenção**. 169p. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo; Atlas, 1999.

SÃO PAULO. Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. **Levantamento das Unidades de Produção Agropecuária – Estatísticas Agrícolas, Estado de São Paulo, 1995/96 – LUPA**. Disponível em < <http://www.cati.sp.gov.br/novacati/index.php> >. Acessado em 10/12/2006a.

SÃO PAULO. Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Instituto de Economia Agrícola. **Banco de dados IEA (2000/2005)**. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br>>. Acessado em: 01/11/2006b.

SILVA, R.A. **Assentamentos Rurais na Fazenda Pirituba: capital social, parcerias, resistência e desenvolvimento.** 277p. Dissertação (Doutorado). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2005.

VEIGA, S. M.; FONSECA, I. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação.** 1ª Ed. Rio de Janeiro: Fase, 1999.

WHITAKER, D. C. A. et. al. A transcrição da fala do homem do campo: fidelidade ou caricatura? In: WHITAKER, D. C. A. **Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes.** Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2002.